

BOLETIM DE LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS DO TJMG

Periodicidade: semanal

Nº 49 - 02 de julho de 2008

Abrangência: 21/06 a 27/06/2008

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação	Ementa/resumo	Acesso ao Texto Integral
LEI N. 11.718	DOU 23.06.08	Acrescenta artigo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo; estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural; prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6º do art. 1º da Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007; e altera as Leis nºs 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 7.102, de 20 de junho de 1993, 9.017, de 30 de março de 1995, e 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991.	DOU eletrônico, disponível no site www.in.gov.br ou Site www.planalto.gov.br , opção legislação; ou Diário Oficial da União impresso, disponível para consulta nas Bibliotecas do TJMG.
LEI N. 11.719	DOU 23.06.08	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à suspensão do processo, emendatio libelli, mutatio libelli e aos procedimentos.	
LEI N. 11.720	DOU 23.06.2008	Dispõe sobre o bloqueio do pagamento de benefício da previdência social e dá outras providências.	
MEDIDA PROVISÓRIA N. 436	DOU, 27.06.2008	Altera as Leis nºs 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 11.727, de 23 de junho de 2008, relativamente à incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, incidentes no mercado interno e na importação, sobre produtos dos Capítulos 21 e 22 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006.	
DECRETO N. 6.491	DOU, 27.06.2008	Dá nova redação ao art. 19 do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família.	

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Tipo/Número	Publicação	Ementa/resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO N. 44.842	Jornal Minas Gerais, 21.06.2008	Altera o Decreto n. 44.619, de 21 de setembro de 2007, que define a área de atuação de unidades de execução contenciosa da Advocacia-Geral do Estado – AGE.	

DECRETO N. 44.844	Jornal Minas Gerais, 26.06.2008	Estabelece normas para licenciamento ambiental e autorização ambiental de funcionamento, tipifica e classifica infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelece procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades.	Site www.almg.gov.br , opção Legislação ou Jornal Minas Gerais, impresso, disponível para consulta nas Bibliotecas do TJMG
DECRETO N. 44.845	Jornal Minas Gerais, 26.06.2008 e 27.06 POR INCORREÇÃO	Altera o Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto n. 43.080, de 13 de dezembro de 2002.	
DECRETO N. 44.847	Jornal Minas Gerais, 26.06.2008	Regulamenta o disposto no parag. 3º do art. 32 da Lei Complementar 81, de 10 de agosto de 2004.	

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação	Ementa/resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA-CONJUNTA nº 119/2008 (REPUBLICAÇÕES)	Jornal Minas Gerais, de 21, 24, 25, 26 E 27/06/2008	Institui o Diário Judiciário Eletrônico e dá outras providências.	Site www.tjmg.gov.br , opção consulta/atos normativos Ou Jornal Minas Gerais impresso, disponível nas Bibliotecas do TJMG.
PORTARIA N. 2.194/2008	Jornal Minas Gerais, 24.06.2008	Dispõe sobre o Portal TJMG do Tribunal de Justiça e revoga as Portarias n. 2.062/2007 e n. 2.032/2007	

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Tipo/Número	Publicação	Ementa/Resumo	Acesso ao texto integral
SUMULA VINCULANTE N. 9	DOU, 27.06.2008 (republicação por incorreção na publicação do dia 20.06.2008)	O disposto no artigo 127 da Lei n. 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) foi recebido pela ordem constitucionária vigente, e não se lhe aplica o limite temporal previsto no <i>caput</i> do art. 58.	
SUMULA VINCULANTE N. 10	DOU, 27.06.2008	Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de Tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.	

Edição e publicação: GEDOC/COBIB em parceria com a GEJUR/CODIT

Sugestões ou críticas:
E-mail: gedoc@tjmg.gov.br